PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT DE PERNAMBUCO
Governado do Estado de Pernambuco

Governador
Paulo Henrique Saraiva Câmara

Vice-governador
Raul Jean Louis Henry Júnior

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

Secretário
Pedro Eurico de Barros e Silva

Secretário Executivo de Segmentos Sociais
Ailton Sérgio da Silva Moura

Coordenador de Políticas LGBT de Pernambuco
Marcone Costa de Menezes

Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco
Grupo de Trabalho de Sistematização do Plano Estadual dos Direitos da População LGBT

Governamental
Marcone Costa de Menezes – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Iris de Fátima da Silva – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Liana Simões da Mota Ferreira – Secretaria Estadual da Mulher
Jair Brandão de Moura Filho – Secretaria Estadual de Saúde

Sociedade Civil
Horácio Antônio Barros Neto – Conselheiro Estadual dos Direitos da População LGBT
Movimento Integrar
Micheline Américo – Conselheira Estadual dos Direitos da População LGBT
Bloco Diversidade
Alexandre Magno Lins Soares – Conselheiro Estadual dos Direitos da População LGBT
Articulação Aids de Pernambuco

Convidados/as:
Luciana Vieira – Coordenadora de Política LGBT da UFPE
Wedja Martins – Secretaria Estadual da Mulher

Assessoria Técnica:
Lúcia Bahia Barreto Campello
Ana Carolina de Melo Paiva (Estagiária do Conselho Estadual LGBT)
Joanes Paulo Pereira (Assessor da Coordenadoria LGBT)
<table>
<thead>
<tr>
<th>Representação Sociedade Civil</th>
<th>Instituições</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Francisco de Assis</td>
<td>Grupo Arco Iris Belemita</td>
</tr>
<tr>
<td>José Joaquim do Nascimento</td>
<td>Associação de Gays de Salgueiro (ASERCO)</td>
</tr>
<tr>
<td>Sandro Cipriano</td>
<td>Grupo Sete Cores</td>
</tr>
<tr>
<td>Émerson Silva Santos</td>
<td>Articulação Brasileira de Gays - Caruaru/PE</td>
</tr>
<tr>
<td>Maria Rachel Fonseca Braga</td>
<td>União dos Estudantes de Pernambuco</td>
</tr>
<tr>
<td>Heymelly Naynard Soares</td>
<td>NATRAP</td>
</tr>
<tr>
<td>Vicente Barbosa Neto</td>
<td>ASPRONUNPE</td>
</tr>
<tr>
<td>Chopelly Gladston Pereira dos Santos</td>
<td>AMOTRANS</td>
</tr>
<tr>
<td>Cristiano Barbosa de Oliveira</td>
<td>Coletivo de Trabalhadores LGBT/CTB-Recife</td>
</tr>
<tr>
<td>Rivânia Rodrigues da Silva</td>
<td>Fórum LGBT de Pernambuco</td>
</tr>
<tr>
<td>Eleonora Pereira</td>
<td>Articulação AIDS de Pernambuco</td>
</tr>
<tr>
<td>Cícero Deusdilson dos Santos</td>
<td>Movimento Mães pela Igualdade</td>
</tr>
<tr>
<td>Micheline Américo</td>
<td>Rede LGBT Inteiros</td>
</tr>
<tr>
<td>Nancy Feijó</td>
<td>Bloco da Diversidade</td>
</tr>
<tr>
<td>Ana Carla Lemos</td>
<td>APPS</td>
</tr>
<tr>
<td>Rivelynno Lins</td>
<td>AMHOR</td>
</tr>
<tr>
<td>Valburgo Júnior</td>
<td>Movimento Leões do Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>Horácio Barros</td>
<td>Movimento Integrar</td>
</tr>
<tr>
<td>Ozeais Figueiredo</td>
<td>Grupo Liberdade de Goiânia</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Representantes Governamental</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Marcone Costa de Menezes</td>
<td>Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude</td>
</tr>
<tr>
<td>Iris de Fátima da Silva</td>
<td>Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude</td>
</tr>
<tr>
<td>Jair Brandão de Moura Filho</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Maria Bethânia</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Luciano Carlos Mendes</td>
<td>Secretaria de Educação</td>
</tr>
<tr>
<td>Clebés dos Ramos Silva</td>
<td>Secretaria de Educação</td>
</tr>
<tr>
<td>Suelma da Silva Rodrigues</td>
<td>Secretaria de Justiça e Direitos Humanos</td>
</tr>
<tr>
<td>Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza</td>
<td>Secretaria de Justiça e Direitos Humanos</td>
</tr>
<tr>
<td>Jussara Paiva</td>
<td>Secretaria de Defesa Social</td>
</tr>
<tr>
<td>Evelyn Souto Viana</td>
<td>Secretaria de Defesa Social</td>
</tr>
<tr>
<td>Maria Dalvaneide</td>
<td>Secretaria de Micro e Pequena Empresa</td>
</tr>
<tr>
<td>Rainier Emanuel</td>
<td>Secretaria de Micro e Pequena Empresa</td>
</tr>
<tr>
<td>Liana Simões</td>
<td>Secretaria da Mulher</td>
</tr>
<tr>
<td>Lia Veras</td>
<td>Secretaria da Mulher</td>
</tr>
<tr>
<td>Rafael Luis da Silva</td>
<td>Secretaria de Turismo</td>
</tr>
<tr>
<td>Isabella Miranda Marques Soares</td>
<td>Secretaria de Turismo</td>
</tr>
<tr>
<td>Janaína Guedes Monteiro</td>
<td>Secretaria de Cultura Secretaria de Cultura</td>
</tr>
<tr>
<td>Luciano Moura da Silva</td>
<td>Secretaria de Cultura</td>
</tr>
<tr>
<td>Nadia Patrícia Novena</td>
<td>Secretaria de Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>Sharmenia Maria Braga</td>
<td>Secretaria de Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>Carolina Rodrigues de Souza</td>
<td>Secretaria de Planejamento</td>
</tr>
<tr>
<td>Lívia Cristina Pereira</td>
<td>Secretaria de Planejamento</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Sumário

1. Apresentação
2. Contextualização
3. Introdução
4. Glossário
5. Eixos Estratégicos
   5.1. Educação e Laicidade
   5.2. Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
   5.3. Trabalho, Emprego e Renda
   5.4. Saúde e Assistência Social
   5.5. Direitos Humanos: Legislação, Cidadania e Segurança
   5.6. Democratização e Disseminação da Informação e Comunicação
   5.7. Igualdade Racial
   5.8. Pessoas com Deficiência
   5.9. Pessoas Idosas
6. Equipamentos e Serviços LGBT em Pernambuco
7. Bibliografia
8. Marcos Legais
1. Apresentação

O lançamento deste Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco “Pernambuco da Diversidade” vem para fortalecer os direitos conquistados pelo movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) nos últimos tempos no Estado e reforçar o compromisso do governador Paulo Câmara com este segmento.

Não podemos fechar os olhos para as violações sofridas pelo público LGBT nas ruas, no trabalho, ou em qualquer outro espaço. A retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, na década de 90, foi um ganho, mas ainda não o suficiente. Pesquisas revelam que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Isso não é razoável. Não é sequer tolerável.

A garantia à inclusão, a legalidade das inúmeras formas de expressão e o fim da desigualdade de gênero são moldes de um mundo melhor e mais justo para as gerações que estão por vir. Em Pernambuco, as ações são pautadas através da transversalidade das políticas públicas, através da atuação integrada das secretarias, na interiorização das formações para os serviços de referência.

Importante destacar avanços na política com o olhar para o público LGTB desde a aprovação do presente Plano, tais como contratação de equipe multidisciplinar, através de seleção pública, para Centro Estadual de Combate da Homofobia (CECH), ações continuadas de formação para os técnicos da rede de CRAS e CREAS, empoderando as pessoas de referência nos municípios, e qualificação da carta de serviços à população.

Pernambuco é o único estado do país a ter uma política de saúde específica para a população LGBT, regulamentada por portaria. Encontra-se entre os cinco estados a possuir serviço transexualizador, sendo referência no acolhimento, acompanhamento psicológico e homonioterapia executados pelo Hospital das Clínicas e CISAM.

A atuação intersetorial também é ponto de avanço nas políticas educacionais e cidadania através do reconhecimento do nome social na lista de chamada e espaços públicos, bem como na qualificação do quadro de servidores para garantia de direitos desta população. Além das formações, o Estado apresenta-se com a responsabilidade de empoderar os agentes públicos em ambientes de privação de liberdade de forma a reduzir os índices de violações e garantir a execução de ações específicas.

Este projeto é resultado de um esforço coletivo, baseado nas experiências e abordagens de cidadãos e cidadãs LGBT’s do Estado, com o objetivo atingir multiplicadores da gentileza e da luta pelos direitos básicos desta população. O preconceito, em todas as suas nuances, está impregnado na humanidade e para frear esta cultura precisamos trabalhar com afinco na construção de políticas públicas eficazes e em busca de um estado de igualdade e respeito.

A todos e todas, enfatizamos o nosso compromisso em defesa dos direitos humanos do cidadão pernambucano e registramos os nossos profundos e respeitosos agradecimentos.

Pedro Eurico de Barros e Silva
Secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco
Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco

2. Contextualização

A construção do Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco “Pernambuco da Diversidade” é uma decisão política do Governador Paulo Câmara e surge como resposta às reivindicações do movimento social organizado. Tem por finalidade estabelecer, afirmar e garantir os direitos LGBT; demonstrando, assim, o compromisso firmado com o governo para adotar uma política pública para esta população, consolidando a cidadania plena e democrática.

É importante destacar que, a partir do ano de 2015, ações foram desenvolvidas pelo governo do estado, perpassando diversas secretarias, em consonância com uma política que busca garantir direitos sociais com equidade para população LGBT. Tais como: criação da Secretaria Executiva de Segmentos Sociais/ Coordenadoria LGBT; posse do Conselho Estadual LGBT; criação do Procedimento Operacional Padrão para População LGBT (Secretaria de Defesa Social/ Polícia Militar); criação do Comitê Interinstitucional pró Mulheres Lésbicas e Bissexuais; lançamento da política de saúde integral para população LGBT; instituição da Coordenação de Saúde Integral da População LGBT (primeira no Brasil); inclusão no PPA (Plano Plurianual) de orçamento específico para população LGBT - com a finalidade de garantir e fortalecer as políticas públicas de apoio e atenção à população LGBT; além dos decretos que podem ser visualizados nos anexos. Este Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco “Pernambuco da Diversidade” está fundamentado nas orientações e diretrizes contidas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT, referendados na Conferência Nacional LGBT, em abril de 2016 e que ocorreu de forma conjunta com a de direitos humanos, traduzindo-se enquanto um marco histórico de avanços de direitos político-sociais. E, nas I, II e III Conferências Estaduais e Regionais LGBT de Pernambuco, como também, nas Conferências Municipais do Recife, Olinda, Jaboatão e Belém do São Francisco, visando a transversalidade e interdisciplinaridade de algumas ações, bem como, a otimização de recursos humanos e materiais, estabelecendo parcerias para sua realização.

As ações contidas neste documento foram retiradas, também, das escutas ativas; realizadas em três seminários regionais no estado: Sertão, Agreste e Região Metropolitana (Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul). Os seminários ocorreram, respectivamente, nos seguintes municípios: Salgueiro, Caruaru e Recife, sob a responsabilidade da Secretaria Executiva de Segmentos Sociais – SESES, hoje vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Criada em 2015, pelo gestor da Pasta, no ano de 2015, a Executiva tem como missão promover, coordenar, acompanhar e fortalecer as políticas públicas afirmativas, de forma integrada no Estado. Visa, neste sentido, a prevenção e o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violação dos direitos, em busca do desenvolvimento social com equidade e humanização, na garantia dos direitos dos segmentos sociais.
Os Seminários Regionais dos Segmentos Sociais tiveram como objetivo apresentar a SESES (Secretaria Executiva de Segmentos Sociais) e suas ações; debater a política para esse segmento, que representa mais de 60% da população pernambucana e colher contribuições para construção dos planos estaduais de promoção da igualdade racial, quilombola e LGBT.

Os segmentos da Pessoa Idosa e com Deficiência, já continham os respectivos Planos Estaduais. Contudo, suas presenças foram importantes, uma vez que perpassam por todos os segmentos acima elencados e a execução de suas políticas estão sob a responsabilidade da Secretaria Executiva de Segmentos Sociais.

Participaram das escutas lideranças dos povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos (as), povos de terreiro); lideranças do movimento negro, pessoa com deficiência, pessoa idosa e LGBT; conselheiros(as) de assistência, de igualdade racial, educação, saúde, mulher, juventude, idoso(a), pessoa com deficiência e LGBT; Secretarias(as) de Assistência Social, de Educação, de Saúde, da Mulher, entre outras, que também atendem a esta temática; gestores(as) de órgãos municipais de políticas de igualdade racial, pessoa com deficiência, pessoa idosa e de população LGBT e técnicos(as) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

O Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco “Pernambuco da Diversidade”, estrutura-se em 09 (nove) eixos estratégicos, de acordo com a pertinência temática das ações propostas, a saber: educação e laicidade; cultura, esporte, lazer e turismo; trabalho, emprego e renda; saúde e assistência social; direitos humanos: legislação, cidadania e segurança; democratização e disseminação da informação e comunicação; igualdade racial; pessoas com deficiência; pessoas idosas. Vale ressaltar que por população LGBT entende-se os seguintes recortes: racial/étnico, povos tradicionais, geracional, classe social e de pessoas com deficiência.

3. Introdução

Apresentar o movimento LGBT no Estado de Pernambuco é remontar o início dos anos 60, quando as pessoas começaram a se agrupar nos fins de semana, depois da praia, para conversas e discussões sobre poesia, política e literatura. Após a revolução de 64, no calor dos protestos, começaram a surgir alguns grupos de artes cênicas, que pensavam em como se poderiam ocupar espaços que pudessem visibilizar os gays, primeiramente. Só no início dos anos 70 surgiram os primeiros grupos organizados, mas ainda sem uma consciência política da defesa de direitos. Foi uma época de ocupação de espaços e visibilidade.

Do teatro para a poesia; dela para as falas em público; daí para a literatura; alguma coisa de cinema (caseiro) e, tidamente, os gays e algumas lésbicas atravessaram a década sem muitos avanços. Até porque a repressão era palavra de ordem da segurança pública, com relação aos “sodomitas/entendidos” e “mulher-macho”.

Só em 1980, a consciência do “coletivo” nasceu. Surgiram os grupos mais
organizados, que iniciaram um trabalho de apropriação do sentimento que eram pessoas iguais às outras, que cumpriam deveres e teriam que exigir direitos. O final da década de 80 trouxe o amadurecimento dos gays e lésbicas, incorporando as travestis e alguns bissexuais, notadamente assumidos. Os anos 90 foram efervescentes e, justamente nesse período, se solidificou o trabalho de alguns grupos. Hoje, ONG's organizadas, despertando para a temática do “grande guarda-chuva” dos direitos humanos.

Hoje, depois de muitas lutas e algumas conquistas, o movimento segue mais organizado, mesmo segmentado, incluindo as pessoas trans sob a mesma bandeira. Com a participação dos grupos, a partir da década de 90, Pernambuco passa de espectador para ator. Surgindo, assim, os primeiros grupos, ainda dentro dos Sindicatos, como o Grupo Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana – AMHOR; o Grupo Gay de Pernambuco – GGP; Movimento Gay Leões do Norte e as Organizações lideradas por ativistas LGBT e do enfrentamento da Aids, como a ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero; o Projeto Abraços; a Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais – Amotrans; o Movimento Integrar de Pernambuco; a Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo – APPS; a Organização Homossexual do Cabo de Santo Agostinho – OHCA; o Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo - GTP+; o GCPI – Grupo de Cidadania Homossexual de Pernambuco; a NATRAPE Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco; a ASPRONUMPE – Nova Associação dos Profissionais do Universo Masculino de Pernambuco; o Movimento Ser Coletivo e, ainda, o Instituto Papai; além do Núcleo de Pesquisa Gênero e Masculinidade da UFPE - GEMA/UFPE; o Coletivo LGBT do Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Pernambuco – SINTEPE, entre tantas outras.

Vale ressaltar, também, a enorme contribuição dos grupos, associações e Ong's de todas as regiões do interior do Estado.

O caminho ainda é longo. A criação desse plano é considerada um marco para efetivarem-se políticas afirmativas “de verdade” para o movimento LGBT no Estado de Pernambuco.

Nessa direção temos como referência os dados levantados a partir do disque-denúncia. No ano de 2011 foram registradas 270 violações, denunciadas ao poder público; e alguns municípios apresentaram os seguintes números de ocorrências: 10 em Aliança; 03 em Araripina; 08 em Belo Jardim; 35 em Caruaru; 21 em Ipojuca e 71 em Recife.

Em 2012, segundo o Relatório da Violência Homofóbica, elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foram registradas 115 denúncias, referentes a 228 violações. Houve um aumento de 121% em relação a 2011. Outros dados provenientes do Disque Direitos Humanos (Disque 100) verificaram que foram reportadas, diariamente, ao Poder Público Federal 18,65 violações de direitos humanos contra a população LGBT. Ou seja, foram computadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Em média, 18,6 violações por dia. As violações mais denunciadas foram: violência psicológica (42.5%); discriminação (22.3%); e
violência física (15.9%). Além do mais, de acordo com a cartilha de orientação sobre nome social para as pessoas travestis e transexuais do Governo Federal (2016), no ano de 2015, o disque 100 recebeu 1.983 denúncias de violações de direitos da população LGBT. "Esse número representa um aumento de 94% no registro de manifestações de denúncias de violações contra a população LGBT, entre os anos de 2014 e 2015". (GOVERNO FEDERAL – 2016).

É importante destacar que:

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. De acordo com a pesquisa realizada pela Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes de travestis e transexuais no País. Das 53,85% das denúncias, recebidas pelo Disque 100, de violações a população LGBT, a maioria é oriunda de situações de discriminação. O que demonstra a importância da ampliação e da qualificação da rede de atendimento e de proteção social; bem como de políticas públicas voltadas para o combate a LGTBfobia, que faz do Brasil o País que mais mata travestis e transexuais no mundo. (GOVERNO FEDERAL – 2016).

Neste sentido percebemos a urgência em desenvolver políticas públicas que venham a favorecer o respeito à população LGBT, visando a equidade de direitos; pois os dados nos mostram situações de desigualdades extremas: Pernambuco constitui um dos estados que tem um alto índice de violência contra LGBT. De acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. 2011, p.3), em 2011, somente 14,0% (383) dos órgãos gestores de políticas de direitos humanos declararam ter programas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), 99 reconhecem os direitos dessas pessoas e 54 têm lei para o reconhecimento do nome social adotado por travestis e transexuais. Do total de municípios, independentemente da existência de órgão de direitos humanos, 486 (8,7%) possuíam programas ou ações para o enfrentamento da violência contra LGBT, 79 (1,4%) possuíam legislação sobre discriminação LGBT, 99 (1,8%) sobre reconhecimento dos direitos LGBT e 54 (1,0%) sobre reconhecimento do nome social adotado por travestis e transexuais.

De acordo com o Censo SUAS 2015, dos 2.435 CREAS que responderam à questão sobre o atendimento de situações de discriminação, em decorrência da orientação sexual no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Individuos (PAEFI), no ano de 2014, 69,3% dos CREAS confirmaram ter atendido situações de violência e violação de direitos devido a orientação sexual. Destes, 61,5% dos CREAS alegaram ter atendido crianças e adolescentes, 51,2% mulheres adultas, 53,6% homens adultos e 40,1% idosos vítimas de discriminação em decorrência de orientação sexual. GOVERNO FEDERAL – 2016).

Sendo assim, o Governo de Pernambuco, tendo como conjectura a excelência da pessoa humana e o imperativo de solidificar políticas afirmativas para populações, que vêm ao longo da história sendo marginalizadas, como a população LGBT, concretiza o Plano
Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco como documento de referência, em busca de cidadania plena para esta população. Desta forma, os princípios que norteiam o plano baseiam-se na defesa de um estado laico, da diversidade e liberdade de expressão, livre orientação afetivo-sexual e de uma cultura de paz para os (as) LGBT’s e todos os sujeitos sociais.

O Plano, pois, busca promover a inclusão social da população LGBT, propiciando subsídios para construção e implementação de políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos individuais e coletivos dessa população em Pernambuco.

Reconhecemos que ainda temos um caminho a ser trilhado, mas passos estão sendo dados e não mais podemos parar; pois, a vigilância em torno dos direitos para população LGBT deve ser permanente, para que haja maiores conquistas. A cidadania plena da população LGBT acontecerá a partir do comprometimento, não somente do Poder Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário. O movimento social organizado e atuante tem papel primordial para as conquistas dos direitos da população LGBT nos mais variados espaços: Conselhos, no espaço escolar, nas políticas de saúde, nas expressões culturais e em todos os demais espaços da vida pública. Almejamos, pois, uma nova sociedade, alicerçada, especialmente, no respeito às diversidades, especificamente a orientação sexual e identidade de gênero da população. Assim, o respeito mediará as relações sociais estabelecidas e teremos um mundo mais justo e, por conseguinte, mais igualitário.
4. Glossário

**Orientação sexual**: por quem a pessoa se sente atraída física e afetivamente. Ela pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual.

**Identidade de gênero**: como a pessoa se sente, age, veste, se comporta e interage, de acordo com as características consideradas masculinas e/ou femininas, independente do sexo biológico.

**Gênero enquanto construção social**: significa que homens e mulheres são produtos da realidade social, de uma construção social e não apenas decorrência da anatomia de seus corpos.

**Nome social**: é o nome diferente do que está nos documentos e pelo qual as pessoas trans devem ser chamadas e reconhecidas.

**LGBTfobia**: são comportamentos de ódio contra população LGBT que podem se apresentar como: violência física e/ou psicológica, tratamento de forma diferenciada e negligente ou negação de direitos.

**Lésbicas**: mulheres que se sentem atraídas física e afetivamente por outras mulheres.

**Gays**: homens que se sentem atraídos física e afetivamente por outros homens.

**Bissexuais**: pessoas que desejam física e afetivamente por outras pessoas de ambos os sexos e gênero.

**Transgêneros**: terminologia utilizada que engloba tanto as travestis quanto as transexuais. É um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona com o mundo como mulher.

**Travesti**: pessoa cujo o gênero e identidade social são opostas ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. No entanto, não há desejo de intervenção cirúrgica. Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti.

**Transexuais**: a pessoa identifica-se com o sexo oposto, embora dotada de genitália externa e interna de um único sexo.

**Mulheres Transexuais**: são as pessoas com o corpo biológico masculino que se identificam com o corpo e com gênero feminino.

**Homens Transexuais**: são aqueles que possuem sexo de nascimento feminino, mas se identificam com o corpo e o gênero masculino.
5. Eixos Estratégicos

**Educação e Laicidade**: concepção de política desde a educação infantil, onde sejam desconstruídos preconceitos, mitos e tabus com relação à população LGBT promovendo a educação inclusiva, não sexista e não LGBTfóbica, como princípios baseados na laicidade.

**Cultura, Esporte, Lazer e Turismo**: articular o acesso contínuo da população LGBT às políticas de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo em especial às dimensões simbólica, econômica e indenitária.

**Trabalho, Emprego e Renda**: identificar os problemas que são considerados indispensáveis para garantia de empregabilidade da população LGBT no sistema público de emprego, trabalho e renda.

**Saúde e Assistência Social**: garantir o acesso e qualificar o atendimento nos serviços de saúde e da assistência social de acordo com as especificidades da população LGBT.

**Direitos Humanos, Legislação, Cidadania e Segurança**: implantar políticas públicas que, viabilizem a igualdade de direitos para a população LGBT e o exercício da cidadania plena.

**Democratização e Disseminação da Informação e Comunicação**: democratizar a transmissão e difusão de informações no intuito de efetivar o acesso à informação.

**Igualdade Racial**: garantir a efetivação da igualdade de oportunidades da população LGBT de negros e negras, a defesa dos direitos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

**Pessoas com Deficiência**: equiparação de oportunidades valorizando o protagonismo e as escolhas das pessoas LGBT com deficiência.

**Pessoas Idosas**: garantir a população LGBT idosa uma sociedade que assegure dignidade, independência, protagonismo, autonomia e inclusão social.
5.1. Educação e Laicidade

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Realizar, no âmbito escolar, debates e campanhas educativas</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação</td>
</tr>
<tr>
<td>consolidando os Direitos Humanos LGBT e enfrentamento à LGBTfobia,</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>considerando os recortes de raça, etnia, classe, gênero, deficiência</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>e geração;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Garantir formação continuada, para os(as) profissionais de</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação,</td>
</tr>
<tr>
<td>educação, incluindo os(as) Casas de Juventude,</td>
<td></td>
<td>Secretaria da Mulher e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>contemplando a temática da diversidade sexual, identidade</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>de gênero e étnico-racial, com ênfase no enfrentamento à</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>LGBTfobia, a partir da educação infantil.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Elaborar materiais didáticos sobre diversidade sexual,</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>identidade de gênero e étnico-racial, com ênfase no</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>enfrentamento à LGBTfobia, a partir da educação infantil.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Premiar, através de concursos e campanhas, as escolas de</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação,</td>
</tr>
<tr>
<td>ensino básico, universidades e escolas técnicas e os/as</td>
<td></td>
<td>Secretaria da Mulher e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>estudantes da rede pública por produções literárias e demais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>expressões culturais pelo fim da LGBTfobia e pela</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>consolidação do Estado Laico, nas perspectivas das</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>temáticas gênero e raça;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Garantir o acesso e a permanência de toda a população LGBT em todos</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação,</td>
</tr>
<tr>
<td>os níveis, etapas e modalidades de ensino, sem discriminação</td>
<td></td>
<td>Secretaria da Mulher e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>por diversidade sexual e/ou identidade de gênero e étnico-racial;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Financiar, apoiar, incentivar e divulgar estudos e pesquisas</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação e</td>
</tr>
<tr>
<td>acadêmicas sobre as multiplicidades e questões correlatas à</td>
<td></td>
<td>Secretaria de Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>diversidade sexual, identidade de gênero e etnia/raça, assim</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>como, realizar cursos de especialização gratuitos (a exemplo de</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>de GDE – Gênero e Diversidade nas Escolas) para</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>profissionais de educação, com tecnologia em Braille,</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Audiodescrita e Libras;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CRIAR E/OU AMPLIAR ACERVO NAS BIBLIOTECA ESSECIAL COM</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação,</td>
</tr>
<tr>
<td>OBRA CIÊNCIA, LITERÁRIA, FILMES E OUTROS MATERIAIS QUE</td>
<td></td>
<td>Secretaria da Mulher, SJDH e Secretaria</td>
</tr>
<tr>
<td>CONTRIBUAM PARA A PROMOÇÃO DO RECONHECIMENTO DA</td>
<td></td>
<td>de Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>DIVERSIDADE SEXUAL, IDENTIDADE DE GÊNERO E ETNIA/RACA, COM</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TECNOLOGIA EM BRAIL, AUDIODSCRIÇÃO E Lbras;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Desenvolver campanhas de prevenção a DSTS/Aids e doenças</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação e</td>
</tr>
<tr>
<td>sexualmente transmissáveis para toda a comunidade</td>
<td></td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>escolar, em busca do exercício responsável da sexualidade;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Garantir a inclusão dos temas de identidade de gênero e</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação,</td>
</tr>
<tr>
<td>orientação sexual nas políticas públicas de ensino, para</td>
<td></td>
<td>Secretaria da Mulher e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>crianças, adolescentes, jovens e idosos/as;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capacitar e sensibilizar os (as) profissionais que trabalham</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação e</td>
</tr>
<tr>
<td>em instituições públicas que prestem assistência</td>
<td></td>
<td>Secretaria de Administração (CEFOSPE) e</td>
</tr>
<tr>
<td>socioeducativa às crianças e adolescentes, visando a garantia</td>
<td></td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>dos direitos humanos e respeito à diversidade sexual,</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>identidade de gênero e etnia/raça;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Financiar, apoiar, incentivar e divulgar os estudos e pesquisas</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação e</td>
</tr>
<tr>
<td>acadêmicas, no âmbito da educação sobre as</td>
<td></td>
<td>Secretaria de Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>multiplicidades e questões correlatas à orientação sexual,</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>identidade de gênero e etnia/raça;</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2. Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Criar mecanismos de incentivo a projetos LGBT no âmbito estadual, através da criação de editais;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Cultura, FUNDARPE</td>
</tr>
<tr>
<td>Criar um grupo de trabalho na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), e Secretaria de Cultura, Sistema para trabalhar com a temática LGBT;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Cultura, FUNDARPE</td>
</tr>
<tr>
<td>Capacitar profissionais de diversas áreas do turismo, como o setor hoteleiro, segurança pública, reparições públicas e privadas, para o atendimento à população LGBT;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Turismo Esporte e Lazer, SDS/Delegacia do Turista e EMPETUR</td>
</tr>
<tr>
<td>Criar “selo” LGBT identificando artistas, empresas, pessoas e instituições públicas e privadas que promovam o respeito à diversidade e direitos sexuais;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Cultura, FUNDARPE e SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Mapear as instituições públicas, privadas e pessoas que trabalham com a cultura, esporte, lazer e turismo LGBT, criando um sistema de cadastramento no âmbito estadual;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, EMPETUR e SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover formações para servidores(as) que envolvam a temática LGBT, voltadas para a superação das desigualdades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça/etnia, geração e classe social;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo Esporte e Lazer, Secretaria de Administração (CEFOSPE) e EMPETUR</td>
</tr>
<tr>
<td>Apoiar Paradas da Diversidade com temas referentes aos direitos e cidadania da população LGBT;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo Esporte e Lazer, Secretaria de Administração (CEFOSPE), EMPETUR e SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Fomentar a criação de espaços comunitários recreativos e desportivos para a participação da população LGBT, com a promoção de campanha de prevenção e combate à LGBTfobia;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>SIDH, EMPETUR e Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover campanhas de prevenção e combate à LGBTfobia nos eventos esportivos realizados no Estado;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, criando oportunidades de participação da população LGBT;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Desenvolver programas, projetos e eventos esportivos nas diferentes modalidades, incluindo modalidades não populares e esportes radicais e de aventura, de natureza, ou ainda, programas de lazer para comunidade LGBT, jovens adultos(as), idosos(as) e pessoas com deficiências;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e SIDH</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 5.3. Trabalho, Emprego e Renda

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ampliar, em articulação com a Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação, políticas de acesso ao emprego, trabalho e renda para a população LGBT;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação</td>
</tr>
<tr>
<td>Implantar e garantir políticas de empregabilidade para os(as) travestis e transexuais;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação</td>
</tr>
<tr>
<td>Articular, em parceria com o MTE e Ministério Público do Trabalho, a implementação de políticas de proteção e combate à discriminação de LGBT no ambiente de trabalho;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Administração</td>
</tr>
<tr>
<td>Crie Grupo de Trabalho na Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação, com a participação da Sociedade Civil e ONG's para acompanhar a inserção e o desenvolvimento de políticas públicas de emprego, trabalho e renda para a população LGBT;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação</td>
</tr>
<tr>
<td>Incentivar os(as) empregado(s) a inserirem a população LGBT no Programa do Primeiro Emprego;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Micro e Pequenas Empresas Trabalho e Qualificação e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Estimular e instrumentalizar a criação de cooperativas, iniciativas para sustentabilidade e associações que objetivem a expansão dos direitos da população LGBT e geração de emprego, trabalho e renda nos projetos e programas de economia solidária.</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover e garantir capacitações visando à qualificação e inserção no mercado de trabalho da população LGBT, através de parcerias com instituições de ensino superior, institutos e de pesquisa (visando cursos técnicos e tecnológicos), ONG's, organizações da sociedade civil, empresas privadas, OSCIP's e serviço público;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação, Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação; SJDH e Secretaria de Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>Crie um selo de qualidade para incentivar as empresas, universidades, etc que promovem ações de proteção e acolhimento das pessoas LGBT como forma de incentivo.</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação; Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação e SJDH</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.4. Saúde e Assistência Social

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Formar e sensibilizar profissionais de saúde e assistência social para o tratamento qualificado, no atendimento à população LGBT, procurando garantir acesso igualitário na formação permanente;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde, Secretaria de Ciência e Tecnologia e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Desenvolver oficinas regionais de sensibilização para implantação de ações de acessibilidade e acolhimento na rede estadual de saúde integral e assistência social da população LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde, SJDH e Secretaria de Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>Fortalecer as ações de enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS, junto à população LGBT, em parceria com a vigilância em saúde;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Realizar formações permanentes com CRAS e CREATAS de acessibilidade e acolhimento, na promoção dos direitos da população LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria da Mulher e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Realizar formações permanentes com as equipes das UPAS e UPASes, para acessibilidade e acolhimento da saúde integral da população LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Incentivar a criação de organismos municipais voltados ao fortalecimento da política LGBT, tais como, conselhos, coordenadores, gerências e outros;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Incentivar, apoiar, criar e monitorar a formação de Grupos Técnicos (GT) e/ou Comitês Técnicos de Saúde Integral LGBT Municipais, com representações da gestão, conselhos de saúde e sociedade civil LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover ações permanentes junto à Secretaria de Vigilância em Saúde, visando a construção de indicadores da Saúde LGBT e inclusão das variáveis de identidade de gênero e orientação sexual, nas fichas de notificação e pronunciáveis nos serviços de saúde;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Realizar Fóruns Regionais na Assistência Social, para promoção dos direitos da população LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Acrecer, na rede de saúde, atendimento qualificado para crianças e adolescentes LGBT em situação de abuso e violência sexual;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH e Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Realizar Fórum Estadual sobre Saúde e Pessoas Idosas LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Realizar Fórum Estadual sobre Saúde e Pessoas LGBT com Deficiência;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover ações permanentes com a Secretaria Estadual de Ressocialização, FUNASE e Coordenação Estadual de Saúde Prisional, sobre a Saúde da População LGBT privada de liberdade;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover ações permanentes sobre promoção, prevenção e cuidado à saúde integral LGBT, envolvendo as políticas estratégicas e SAP da Secretaria Estadual de Saúde;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover ações permanentes com as universidades (UFPE/NUSP, UPE/NISC, e FIOCRUZ/NESC) e a Escola Estadual de Saúde Pública para elaboração de pesquisas e outras atividades que abordem a temática Saúde Integral LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde, Secretaria de Ciência e Tecnologia e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Potencializar e sensibilizar a Ouvidoria de Saúde do Estado para acoibir denúncias da população LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.5. Direitos Humanos: Legislação, Cidadania e Segurança

METAS
Criar instrumentos e dispositivos legais que colhem estabelecimentos públicos e privados que discriminam e/ou desempenhem a população LGBT;
Criar casos de apoio e acolhida para a população LGBT em situação de vulnerabilidade social, para acolhida e profissionalização, garantindo dotação orçamentária para manutenção destas;
Proper ao poder legislativo a garantia de recursos públicos para eventos culturais em todo estado, com foco nas questões LGBT, incluindo uma semana nos calendários municipais e estaduais, conforme exemplo da “Alto-Diversidade”, garantindo estimação na LOA (Lei Orçamentária Anual) e no PPA (Plano Plurianual) das duas esferas de Governo (Municipal e Estadual);
Criar um fórum de gestores(as) para discussão de políticas públicas para a população LGBT;
Articular com o Programa Pão pela Vida um instrumento para mensurar indicadores de violência contra a população LGBT em todos os aspectos;
Estabelecer políticas públicas que garanta recursos dentro do PPA, LOAS e LDO às ações internacionais, para atendimento e assistência à demanda da população LGBT;
Garantir a formação permanente e sensibilização dos(as) agentes de segurança pública, agentes socioeducação(as) e conselheiros(as) tutelares, para o atendimento humanizado da população LGBT;
Garantir que nas programas habitacionais urbanos e rurais seja contemplada a população LGBT com acesso à moradia de baixo custo, culturalmente, sócio e histórico, apropriado e seguro, incluindo abrigos e outras acomodações emergenciais;
Garantir a criação e a ampliação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à LGBTfobia, com conselheiros sociais, advogados(as), psicólogos(as) e educadores(as) sociais, para atender a população LGBT, respeitando as especificidades de todos(as), entre elas as deficiências, interseccionalidade e políticas;
Acompanhar e monitorar o uso dos registros de ocorrências e formulários de atendimento em órgãos públicos e privados, a identificação de orientação sexual e identidade de gênero, para fins estatísticos e de formulação de políticas públicas estratégicas de ações de atendimento;
Citar instrumentos para divulgação dos indícios de violência contra LGBT;
Garantir ações afirmativas relativas à identidade de gênero e orientação sexual, bem como, enfrentamento da LGBTfobia, através de campanhas publicitárias educativas nas mídias (television, rádio, jornal, revistas, outdoors etc.);
Garantir recursos para ação de descentralização do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT;
Promover ações permanentes com a Secretaria Executiva de Ressocialização, FUNASE e diversas secretarias sobre a vivência da população LGBT em situação de liberdade e cumprimento de medidas acastalizativas;
Potencializar e sensibilizar as Divisões de Estudo para acolhimento das demandas da população LGBT;
Incluir nas programas que envolvem pessoas em situação de risco e rua o recorte LGBT;
Fortalecer a atenção integrada sociais usuários(as) de drogas LGBT, visando a reinsertção com a família e a sociedade em geral, perseverando pelo Programa Atitude e no enfrentamento à LGBTfobia;
Citar mecanismos de ações integradas para atendimento e assistência às(as) adolescentes LGBT em situação de violência doméstica e situação de rua.

<table>
<thead>
<tr>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Administração e SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Defesa Social e SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias.</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SIDH e Secretaria de Defesa Social</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Habitação.</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Justiça e Direitos Humanos</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias.</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Defesa Social</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SIDH</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SIDH e Secretaria de Mulher</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias.</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SDSJC</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SDSJC e Secretaria de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SDSJC e SDS/DPCA</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.6. Democratização e Disseminação da Informação e Comunicação

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Estabelecer políticas focadas na utilização dos meios de comunicação de massa como instrumentos de promoção da cidadania LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Comunicação e Imprensa e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover formações políticas para comunicadores (as) comunitários, para abordagem qualificada das pautas LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Comunicação e Imprensa e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover a divulgação de direitos já conquistados para o segmento LGBT de maneira sistemática, para toda a sociedade;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Comunicação e Imprensa e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Possibilitar a veiculação de programas e demais produtos em veículos públicos estaduais, realizados por produtores (as) LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Comunicação e Imprensa e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Criar um observatório, a fim de monitorar os meios de comunicação de massa, acerca das pautas LGBT, para subsidiar análises críticas, pesquisas e políticas públicas no setor;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Comunicação e Imprensa e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover encontros formativos, a fim de debater com a academia e diversos setores da sociedade a relação dos meios de comunicação de massa com a população LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Comunicação e Imprensa e SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Estabelecer políticas focadas na utilização dos meios de comunicação de massa como instrumentos de promoção da cidadania LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Criar e visibilizar grupo de trabalho em Comunicação e Diversidade Sexual, com objetivo de monitorar e avaliar os meios de comunicação no estado, em relação ao tratamento dado à população LGBT-PE;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Incentivar a criação e veiculação de campanhas de comunicação que reforcem a violência e discriminação, com base na orientação sexual e identidade de gênero;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Articular e desenvolver ações de comunicação, de utilidade pública, respeitando a acessibilidade, que garantam a divulgação dos Direitos Humanos e da cidadania da população LGBT, visando ampliar o repasse de informações em relação ao tema e, sobretudo, sensibilizar a sociedade pernambucana para uma cultura de paz.</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 5.7. Igualdade Racial

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apoiar estudos e pesquisas sobre a discriminação múltipla, ocasionada pelo racismo, LGBTfobia, machismo e sexismo;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Educação e Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria da Mulher.</td>
</tr>
<tr>
<td>Criar instrumentos para diagnosticar e avaliar as múltiplas formas de discriminação, combinadas com a LGBTfobia, o racismo e preconceito de classe;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Estimular a implementação de ações no âmbito da administração pública estadual e da sociedade civil de combate à LGBTfobia, que inclua o recorte de raça, etnia e classe social;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Apoiar a elaboração de uma agenda comum entre o movimento negro, o movimento de religiões de matrizas africanas, povos tradicionais e de terceiro e o movimento LGBT e a realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre a temática do racismo e LGBTfobia;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Recomendar a inclusão, nos ciclos básicos e nos cursos de nível superior, de conteúdos sobre relações étnicas raciais, diversidade sexual e de identidade de gênero;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria de Educação.</td>
</tr>
<tr>
<td>Formar os(as) profissionais da educação com ênfase em raça, diversidade sexual e de identidade de gênero, como meio de enfrentar a LGBTfobia, racismo, sexismo e machismo, existentes no ambiente escolar;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH, Secretaria de Administração, Secretaria da Mulher, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria de Educação.</td>
</tr>
<tr>
<td>Propor a inclusão na política de Atenção à Saúde da População Negra e segmento LGBT, dando ênfase às lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais masculinos e femininos, negros e negras;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Secretaria de Saúde, Secretaria da Mulher e SJDH.</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover ações voltadas para a segurança pública da população negra LGBT, com prioridade para a juventude negra LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH e Secretaria de Defesa Social</td>
</tr>
<tr>
<td>Formar, continuamente, gestores (as), operadores(as) de direito e agentes sociais na área de segurança pública, com ênfase em raça, diversidade sexual, identificação de gênero e direitos humanos;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH e Secretaria de Defesa Social</td>
</tr>
<tr>
<td>Intensificar, no serviço público e privado, políticas para o enfrentamento à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e raça;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Criar indicadores para monitoramento de políticas públicas destinadas à população negra, povos tradicionais, indígenas e etc., com políticas afirmativas de orientação sexual e identidade de gênero;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Intensificar, através das propagandas oficiais do governo estadual, o reconhecimento da diversidade étnica, de orientação sexual e identidade de gênero do povo brasileiro.</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 5.8. Pessoas com Deficiência

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Incluir a perspectiva da orientação sexual e identidade de gênero nas políticas voltadas à pessoa com deficiência;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Formar, continuamente, conselheiros (as) sobre o direito à sexualidade da pessoa com deficiência, combatendo toda forma de exploração e abuso sexual que possam decorrer de sua vulnerabilidade social;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SDSCJ</td>
</tr>
<tr>
<td>Firmar parcerias com entidades de pessoas com deficiência, objetivando dar visibilidade e inclusão do público LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Disponibilizar produção literária sobre a temática LGBT em braile, letras ampliadas, também em formato digitalizado e audiovisual, narrado e libras;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Garantir, nos encontros, palestras e seminários, conselhos e conferências LGBT e demais, acessibilidade para a pessoa com deficiência;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Formar, continuamente, os (as) profissionais das instituições públicas e privadas para trabalhar com pessoas com deficiência LGBT, garantindo a inclusão e acessibilidade;</td>
<td>A partir de 2016</td>
<td>SDSCJ e Secretaria de Administração</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 5.9. Pessoas Idosas

<table>
<thead>
<tr>
<th>METAS</th>
<th>PERÍODO</th>
<th>RESPONSÁVEL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Incluir a perspectiva da orientação sexual e identidade de gênero nas ações da Política Estadual do (a) Idoso(a);</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Assegurar a questão da formação permanente dos(das) funcionários(as) públicos(as) para a inclusão das temáticas: de orientação sexual e identidade de gênero da pessoa idosa LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>Todas as Secretarias</td>
</tr>
<tr>
<td>Incluir no Programa Humanidade atenção às pessoas idosas com a temática LGBT;</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Promover o acompanhamento das profissionais do sexo da população LGBT idosa, dando ênfase às questões de gênero, saúde e, principalmente, a prevenção às DST/HIV/AIDS.</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
<tr>
<td>Garantir ações afirmativas de promoção dos direitos e da cidadania das pessoas idosas LGBT.</td>
<td>A partir de 2017</td>
<td>SJDH</td>
</tr>
</tbody>
</table>
6. Equipamentos e serviços LGBT em Pernambuco

1. Coordenaria LGBT
Coordenar, Articular, Propor, Formular, Assessorar e Executar a Política Estadual de Promoção e Respeito à livre Orientação Sexual e Identidade de Gênero, assim como, resguardar os direitos que favorecem a visibilidade e o reconhecimento social da população LGBT.
Rua do Bom Jesus, 94, praça do arsenal, Recife – PE, CEP 50 030 – 170
Telefone: (81) 3183-3051
Coordenador: Marcione Costa de Menezes

2. Conselho Estadual de Direitos da População LGBT
Objetivo: Formular e propor diretrizes e ações estaduais para o combate à discriminação e promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais.
Rua Graciliano Ramos, 175, Encruzilhada
E-mail: ceplgbt.pe@gmail.com
Tel: (81) 3183 3270

3. Comitê Institucional Pro Lésbicas e Mulheres Bissexual
Monitorar, Propor e avançar nas discussões nas relações institucionais entre o estado, sociedade civil e movimentos sociais, para que seja constituída uma política pública que atenda as necessidades das lésbicas e mulheres bissexuais.
Rua Cais do Apolo, 222, 4º e 5º Andar - Bairro do Recife – Recife/PE – CEP: 50030-905
Fone:(81)3183.2950 / 3183.295

4. Coordenadoria de Saúde Integral LGBT
Endereço: R. Doná Maria Augusta Nogueira, 519 - Bongi, Recife - PE, 50751-530
Telefone: (81) 3184-0436
Coordenador; Luiz Valério

5. O Comitê Técnico de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT de Pernambuco
Instituído pela portaria nº 445 de 27 de agosto de 2012, discutir e acompanhar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como a implantação desta Política do Estado de Pernambuco, garantindo a equidade na atenção à saúde para estas pessoas.
Endereço: R. Doná Maria Augusta Nogueira, 519 - Bongi, Recife - PE, 50751-530
Telefone: (81) 3184-0436

6. Centro Estadual de Combate a Homofobia
Visa combater a discriminação e a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e promover a cidadania desta população em todo o território pernambucano. Integra o Sistema Estadual de Proteção a Pessoa, garantido pela Secretaria-Executiva de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco. Dispõe de atendimento jurídico, psicológico e social para LGBT que tiverem seus direitos violados.
Rua Santo Elias,535 Espinheiro – Recife/PE
E-mail: cech@sedsdh.pe.gov.br
Tel: (81) 3182 7665
7. Coordenação de Atenção a População LGBT Privada de Liberdade – GAPSN/SERES
R. do Hospício, 751 - Boa Vista, Recife - PE, 50050-050 - **Telefone:** (81) 3184-2151

8. Centro Integrado Amauri de Medeiros CISAN/UPE
(O espaço ainda não está habilitado e portanto orienta-se apenas pelo princípio da Universidade e a carta do SUS desde 2006)
Atualmente Segui o Seguinte Fluxo;
- Acolhimento de Enfermagem
- Serviço Social
- Psicologia
- Psiquiatria
- Endrocrino – Ginecologia
- Outros; Odontologia, Exames Laboratoriais e Ultrassonografia
R. Visc. de Mamanguape, S/N – Encruzilhada, Recife – PE (81) 3182-7709

**Delegacia de Homicídio e Proteção a Pessoa de PE/ DHPP Divisão de Apoio a testemunhas e Vítimas de Intolerância - DIVTVIN**
Rua Doutor João Lacerda, 395 Correio Recife – PE - Contato: (81) 3184 3567

**Núcleo de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da DPDH**
Rua Marquês do Amorim nº 127 – Boa Vista, Recife – PE, 50070-330
Coordenador: Henrique da Fonte

**Equipamentos Municipais**

**Recife**
**Gerência de Livre Orientação Sexual – GLOS**
Av. Martin Luther King nº 925 – Cais do Apolo – Recife/PE - Fone: 3355 9291

**Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife**
Rua dos Medicis nº 86 – Boa Vista – Recife/PE - Fone: 3355 3456/3355 3457

**Coordenadoria Municipal de Saúde LGBT do Recife**
Coordenador: Ayrles – 081 97107 4610

**Ambulatório LGBT – Patricia Gomes**
Local: Policlínica de Andrade – Estrada dos Remédios, Nº 2416 – Madalena Recife – PE
Coordenador: Ricardo Onema 081 98601 1113

**Olinda**
Coordenadoria Municipal LGBT de Olinda

**Jaboatão**
Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial do Jaboatão
Conselho Municipal dos Direitos LGBT de Jaboatão dos Guaranapes

**Cabo de Santo Agostinho**
Coordenadoria LGBT – Cabo de Santo Agostinho (Construção)

**Caruaru**
Coordenadoria municipal de política LGBT
Coordenadora: Christiany Magalhães 081 99873 5490
Assessora Técnica para população Travestis e Transexual da Secretaria municipal da Mulher de Caruaru
Assessora: Stephanie 081 99247 5197
Camaragibe
Coordenadoria de Saúde LGBT de Camaragibe (Construção)

Belém de São Francisco/Sertão do Pajeú
Coordenadoria de Promoção dos Direitos LGBT de Belém de São Francisco
Coordenador:
Centro de Referência em Cidadania LGBT Belém de São Francisco (construção)
Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT de Belém de São Francisco
Email: conselho@bsf.lgbt.pe.gov.br
Contatos: (87) 3876 2459/ (87) 3876 1163
Endereço: Av. Coronel caribé Nº 266/137 Belém de São Francisco CEP: 56 440 000

Paudalho
Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT de Paudalho Lei 721, 08 de Abril de 2014
Rua Herculano bandeira dias Nº 47 Paudalho CEP: 55 825 000
casadosconselhospaudalho@gmail.com
(81) 99459 6801

São Lourenço da Mata
Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial
Coordenadora: Rozana 081 98687 0833

Igarassu
Núcleo de Apoio a População LGBT de Igarassu
Assessora: Rphaella 081 98536 1947

Moreno
Coordenadoria LGBT de Moreno
Marion 081 98515 2424

Palmares
Assessora Técnica LGBT
Assessora: Mirella Aciolli 081 99730 9973

Equipamento Federal em Pernambuco
Espaço de Cuidado e Acolhimento para população Trans “Espaço Trans”
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária, Recife – PE, 50670-901
(81) 2126 – 3587

Comissão de Direitos Homoafetivos do Ministério Público de Pernambuco
Roberto Lyra – Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 – Santo Antônio – Recife/PE
Fone: (81) 3182-7000

Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero OAB/PE
• Rua do Imperador Pedro II, 235 – Santo Antônio – CEP: 50010-240 – Recife/PE
Fone: (81) 3424-1012.
7. Bibliografia

Guia de cidadania LGBT- Prefeitura do Recife- 2016;

Direitos da população LGBT- questões práticas sobre orientação sexual, identidade de gênero e homofobia- Ministério Público de Pernambuco- 2015;

Garantia da utilização do uso do nome social para as pessoas travestis e transexuais- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário- Brasil, Governo Federal, 2016;

Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT

Anais da conferência nacional LGBT, 2016;

Anais da I Conferência Estadual LGBT de Pernambuco;

Anais da II Conferência Estadual LGBT de Pernambuco;

Anais da III Conferência Estadual LGBT de Pernambuco;

Anais da Conferência Municipal do Recife;

Anais da Conferência Municipal de Olinda;

Anais da Conferência Municipal do Jaboatão;

Anais da Conferência Municipal de Belém de São Francisco;

8. Marcos Legais

Brasil
Resolução Nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais.
Estabelece parâmetros para garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais nos Sistemas e Instituições de Ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Pernambuco
Lei Nº 12.876/2005
Dispõe sobre a elaboração de estatísticas sobre a violência contra homossexuais no Estado de Pernambuco.
Decreto Nº 40.189/2013
Institui o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco.
Portaria Normativa Nº 1, de 20 de fevereiro de 2015, da UFPE
Regulamente o uso do nome social das travestis e transexuais nos registros acadêmicos da UFPE.
Portaria Nº 60, de março de 2015, da Secretaria da Saúde - SES/PE
Institui a Política Estadual de Saúde Integral da População LGBT.

Recife
Lei Nº 16.325/1997 – Estabelece penalidades aos estabelecimentos que praticarem atos de discriminação.
Lei Nº 16.780/2002 – Toda forma de discriminação é odiosa e constitui crime contra a pessoa e os direitos humanos como um todo.